



ARTIGO LIVRE

O IMIGRANTE E O TRABALHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Jefferson Ferreira Alvarenga

Possui graduação em Ciências Sociais - Bacharelado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006), graduação em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Atualmente é doutorando em História Social das Relações Políticas (2020), técnico pedagógico - Secretaria do Estado de Educação do Espírito Santo, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), e do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO - UFES).

Resumo

Este artigo debate o processo de imigração no estado do Espírito Santo, sobretudo no que diz respeito à concepção de trabalho desse europeu presente nas pequenas, médias e, também, nas grandes propriedades. Desse ponto de vista as perguntas centrais deste trabalho são: qual a concepção de trabalho do imigrante estrangeiro no Espírito Santo? Como se desenvolveu o trabalho do imigrante no estado do Espírito Santo? A nossa hipótese central é que o imigrante é um indivíduo que na sociedade capixaba encarna de modo mais completo uma mentalidade capitalista e empreendedora. Além disso, o estrangeiro introduziu em nossa sociedade algumas maneiras de agir, ser e pensar tipicamente capitalista, o que resultou na emergência de pequenas fortunas familiares. Por fim, constatamos que o trabalho do imigrante foi responsável pela emergência de um capitalismo comercial inicial, que mudaria a arquitetura econômica da cidade de Vitória e do estado do Espírito Santo. Nossa interpretação se baseia no quadro teórico de diversos estudiosos como Max Weber, Florestan Fernandes, José de Souza Martins e também em autores que se debruçaram sobre a história local.

Palavras-Chaves: História, Trabalho, Imigração, Espírito Santo.

Introdução

A imigração estrangeira para o Brasil resultou em uma transformação da estrutura da sociedade, ou seja, alterou o regime de trabalho escravo para o trabalho livre. Contudo, essa transformação ainda nos gera uma dúvida, pois algumas perguntas ainda podem ser feitas, por exemplo, qual a ética de trabalho trazido por esse imigrante para o Brasil? A partir desse questionamento, o nosso estudo de caso concentrou-se no estado do Espírito Santo, uma vez que esse estado se caracterizou por ser o destino de uma parcela significativa de imigrantes europeus. A ética de trabalho já foi estudada por Max Weber, em sua

Abstract

This article discusses the immigration process in the state of Espírito Santo, especially regarding to the European work concept present in small, medium and also in large properties. From this point of view the central questions of this work are: What is the foreign immigrant work conception in Espírito Santo?, and, How did the immigrant's work in the state of Espírito Santo develop? Our central hypothesis is that the immigrant is an individual who in the capixaba society embodies in a more complete way a capitalist and an entrepreneurial mentality. Besides, the foreigner introduced, in our society, some ways of acting, being and thinking typically capitalist, which resulted in the emergence of small family fortunes. Finally, we found that the immigrant's work was responsible for the emergence of an initial commercial capitalism, which would change the economic architecture of the city of Vitória and the state of Espírito Santo. Our interpretation is based on the theoretical framework of several scholars such as Max Weber, Florestan Fernandes, José de Souza Martins and, also, authors who have studied the local history.

Keywords: History, Work, Immigration, Espírito Santo.

obra: A ética protestante e o espírito do capitalismo. Para Weber (2003), o capitalismo sempre esteve presente na sociedade ocidental e apresenta como uma de suas características o fato desse modo de produção se identificar com a busca do lucro renovado por meio da empresa capitalista e racional (WEBER, 2003, p.26). Ainda por cima, o capitalismo não somente prioriza o lucro, mas também o trabalho livre.

Além disso, do ponto de vista de Weber (2003), as concepções religiosas do protestantismo foram capazes de desenvolver a economia capitalista, mas também esse pensamento ocidental desenvolveu

técnicas racionais e modernas para obtenção do lucro. Seja na indústria, seja na agricultura, as técnicas racionais desenvolvidas na Europa fomentaram novos métodos especializados.

O protestante, conforme Weber (2003), assumiu posições econômicas necessárias ao capitalismo, precipuamente de proprietário de empresas, porém essa condição, não existe apenas, porque o protestante tem a astúcia para o negócio, mas, porque nele desenvolve-se um ethos capitalista (WEBER, 2003, p.48). Portanto, o sistema capitalista necessita de devoção e vocação para fazer dinheiro, por isso na Europa iremos encontrar o trabalho como um valor de dignidade humana, sobretudo para o protestante, desse modo a técnica de exploração passa a ser racional.

No caso do Brasil, diversos estudiosos já debateram a questão da inserção do modo de produção capitalista na sociedade brasileira. Por exemplo: Roberto Simonsen em seu livro: História econômica do Brasil 1500-1820 argumenta que o Brasil já nasceu capitalista desde a colonização, dessa maneira todas as relações de trabalho anteriores e posteriores à chegada do imigrante já estavam em um sistema capitalista. Seu estudo não chega a discutir o trabalho do imigrante, contudo ele já define as relações de trabalho como capitalistas.

Já o estudo de Florestan Fernandes, A revolução burguesa no Brasil, debate que a inserção do capitalismo como modo de produção somente foi possível a partir da independência em 1822, quando foi provável a concretização de um mercado integrado nacionalmente. Além disso, Fernandes (2006) entende que a inclusão da economia brasileira ao mercado mundial também foi potencializada pelas novas relações econômicas e produtivas, com especial ênfase à modificação do modelo escravista para o modelo de trabalho livre e assalariado. Nesse sentido, a imigração será à base dessas transformações, porque este movimento visava ocupar os “espaços vazios”, suprir a mão de obra escrava, assumir novos padrões e estilos de vida.

Apesar do imigrante não fazer parte do estamento senhorial, ele se beneficiava de alguns conhecimentos técnicos e econômicos do seu país de origem. Dessa maneira, o imigrante rompia com a tradição senhorial de exploração econômica, uma vez que para prosperar economicamente, utilizava o trabalho próprio e familiar, em vez do trabalho cativo. Decerto, foram várias as formas de trabalho que o imigrante empregou, mas todas tinham como objetivo o acúmulo de riquezas. De conformidade a Fernandes (2006), a produção de hortas para subsistência, bem como o desenvolvimento de comércio de bens de consumo, que são geralmente iniciativas de pequenos comerciantes, situados próximos às colônias de imigrantes, além do próprio comércio de mascate, fazia este estrangeiro diferenciar-se do estamento senhorial cafeeiro. Em São Paulo, de acordo com o estudioso, essa diferenciação possibilitou ao imigrante evoluir no comércio e conseqüentemente nas atividades industriais (FERNANDES, 2006, p. 160). Essa mentalidade de prosperidade do imigrante o transformou em agente econômico de concentração de capital comercial. De certo modo, essa mentalidade de capitalista cresceu internamente através de atividades econômicas desempenhadas pelo imigrante e, em outras palavras, esse ideário acabou por incentivar uma mentalidade que se concretizava em novos valores e padrões, o que contribuiu para, assim, criar-se o “homem de negócios” (FERNANDES, 2006, p. 161-162).

Indubitavelmente, o imigrante foi o principal agente da formação e expansão do novo regime econômico. Todavia, a sociedade brasileira o limitava a um regime econômico de expansão do capital; dito de outra maneira, o imigrante ficava limitado pelo controle econômico da sociedade nacional. Vale lembrar que os principais latifundiários e os exportadores de café pertenciam ainda ao estamento cafeeiro. Entretanto, o imigrante trouxe para o Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir já que a racionalidade econômica e a mentalidade acumulativa de capital demandavam uma nova organização econômica,

social e psicológica capitalista. Ou seja, o imigrante se conduz na nova ordem econômica, com um novo estilo de vida (FERNANDES, 2006, p. 175).

Outro estudioso sobre o caso foi José de Souza Martins, em seu livro, *O cativo da Terra*, em que demonstra como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre se deu de forma conflituosa. Em sua análise, o trabalho livre e não o assalariado será central na transição brasileira, pois aquela modalidade de trabalho foi produzida exatamente pela crise do escravismo. Portanto, o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador e sua força de trabalho, enquanto no escravismo a força de trabalho estava embutida no próprio escravo, ao mesmo tempo em que o capital estava também personificado no escravo (MARTINS, 2010, p. 31).

Assim, Martins (2010) demonstra a diferença entre o trabalho escravo e o livre. Enquanto o primeiro se fundamenta na coerção ao trabalhador, o segundo se baseia na vontade do trabalhador, pois este vendia a sua força de trabalho. Além disso, o imigrante considerava o trabalho uma virtude da liberdade (MARTINS, 2010, p. 34). Essa nova visão sobre o trabalho implicou que o Estado brasileiro buscasse em outras regiões do mundo esse ethos. Desse modo, afirma Martins (2010):

[...] Uma sociedade cujas relações fundamentais foram sempre relações entre senhor e escravo não tinha condições de promover o aparecimento desse tipo de trabalhador. Seria necessário buscá-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido. É nessas condições que tem lugar a vinculação entre a transformação das relações de trabalho na cafeicultura e a imigração de trabalhadores estrangeiros que ocorreu sobretudo [sic] entre 1886 e 1914 [...] (MARTINS, 2010, p. 34).

Em certo sentido, quando o imigrante estava no regime de colonato, desempenhava um papel singular, já que havia pagamentos feitos pelo latifundiário ao colono, principalmente para o trato no ca-

fezal. Esse pagamento era realizado pela quantidade colhida nos cafezais, portanto havia elementos pré-capitalistas laborais. Além disso, o colono também produzia alimentos no latifúndio como meio de subsistência de vida. De certo modo, isso nos mostra que o processo de trabalho dificilmente poderia ser capitalista, porque o imigrante fazia o trabalho familiar, contudo não se nega que houvesse um excedente de capital para as famílias, mas esse capital não gerava uma relação social de produção (MARTINS, 2010, p.35).

Martins (2010) considera que o capitalismo em sua expansão redefine as antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital e também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (MARTINS, 2010, p. 35). Logo, criou-se uma hibridação do processo de relações de trabalho pós-abolição, porque ao mesmo tempo em que havia uma elite comercial e mercantil pretendendo a expansão do capitalismo comercial, ou até mesmo industrial, também havia as relações de trabalho não capitalista que impediam a expansão do mesmo modo de produção.

Certamente o imigrante europeu estava no cerne das mudanças nas relações de trabalho no Brasil, uma vez que ele carregou um ethos de uma nova mentalidade capitalista que estava sob a dominação econômica dos estamentos cafeeiros, o que dificultava sua rápida ascensão social, mas não a impedia. Por outro lado, quando a crise do trabalho escravo tornou-se verdadeira, a renda capitalizada passou a ser a terra - esta se tornou uma aplicação para gerar riqueza. Porém, com amparo nas leis de terras de 1850, a terra passou a ser adquirida através da compra. Por isso, o Estado brasileiro criou a condição de que, se o imigrante desejasse as terras próprias, antes deveria trabalhar nas fazendas, com o propósito de conseguir renda suficiente para comprá-las (MARTINS, 2010, p.48 e 49).

A diferença no trabalho livre é que as amarras ao proprietário rural, apesar de serem verdadeiras, não eram para toda a vida. Dessa forma, um imigrante que não estava satisfeito com o padrão pode-

ria procurar os órgãos estatais ou ir à busca de outras formas de sobrevivência até mesmo buscando outras fazendas (MARTINS, 2010, p. 57).

Em suma, a discussão teórica acima propõe um debate sobre a imigração no Brasil. E que de certo modo contribui para uma análise sobre a concepção de trabalho e sobre o imigrante na realidade social do estado do Espírito Santo.

Trabalho e o imigrante no Espírito Santo

De certa maneira, a política da imigração no Brasil iniciada pelo governo imperial tinha como objetivo promover o povoamento do país. Portanto, decidiu-se instalar os imigrantes como pequenos proprietários. Por outro lado, alguns grupos latifundiários advogaram para que esses mesmos imigrantes fossem alojados em grandes propriedades de modo a servir como mão de obra para as fazendas (ROCHA, 2000, p.23). É evidente que a imigração europeia que veio para o Brasil resultou em mudanças na estrutura da sociedade, ou seja, a mudança do regime de trabalho escravo para o trabalho livre. Além disso, consoante a Rölke (2016, p. 46), o elemento branco trazido da Europa deveria contribuir para o "branqueamento" da raça brasileira.

No estado do Espírito Santo a política de trazer imigrantes não diferiu daquela adotada no Brasil, porém essa política teve contornos distintos daqueles adotados por São Paulo. Os objetivos de trazer os imigrantes europeus para o Espírito Santo tinham dois motivos: em primeiro lugar, elevar o contingente populacional (ocupação territorial) (ROCHA, 2000, p.33) e; em segundo lugar, expandir as potencialidades produtivas capixabas. O processo de imigração foi patrocinado pelo Estado, por particulares (os latifundiários) e por empresas colonizadoras, que viam a imigração como uma possibilidade de obter lucros¹.

¹ Conforme Cavati, entre 1879 e 1914, a firma Duarte Beiriz foi responsável pelo estabelecimento de mais de seiscentas famílias de imigran-

Nesse contexto, a chegada de estrangeiros para o Espírito Santo foi favorável, já que criou as pequenas e médias propriedades rurais antes que as grandes propriedades rurais se constituíssem no sul do estado. Ainda por cima, como a região do Espírito Santo era pouco povoada, a direção executiva do Estado facilitou a introdução do imigrante, criando os núcleos coloniais de pequenos proprietários. Esse modo de colonizar atraiu outros povos estrangeiros, constituindo assim, uma imigração em larga escala e facilitando a transição para o trabalho livre (COLBARI, 1997, p. 2). Certamente, a conjuntura de guerras e revoltas na Europa foi outro fator para o êxodo de pessoas deste continente.

Gilda Rocha (2000) divide a imigração europeia em três fases: a primeira é entre 1847 a 1881; nesta fase foram criadas quatro colônias: Santa Isabel (1847), Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). A segunda fase é entre 1882 a 1887, nesta fase, o estado do Espírito Santo recebeu um contingente inexpressivo de estrangeiros. A terceira fase é entre 1888 a 1896, nesta fase, as entradas de imigrantes no estado do Espírito Santo são bem significativas. E foram criados cinco núcleos: Afonso Cláudio, Antônio Prado, Accioly Vasconcellos, Demétrio Ribeiro e Moniz Freire.

Do ponto de vista de Rölke (2016, p. 379), os imigrantes pomeranos, por exemplo, não apenas vinham da área rural do seu país de origem, mas também seis deles eram artesãos (carpinteiros, ferreiro, pedreiro e sapateiros), e os outros haviam deixado os latifúndios como diaristas. Também havia um contingente considerável de analfabetos e semianalfa-

tes europeus nas redondezas de Iconha, através de sistema de venda, a prazo, de lotes rurais. E, para o espanto do próprio autor, ele mesmo indaga: que interesse tinha uma entidade comercial com fins lucrativos em vender lotes em condições tão vantajosas para os compradores? Respondendo a pergunta, Cavati nos dá a chave da questão quando afirma que "... o colono ficava na obrigação de vender o café à firma, que auferia outro lucro na venda do produto". E, ainda mais, referindo-se à lucratividade da empresa, sentença irônica: "O certo é que a generosidade da firma não impediu que ela viesse a ser uma das mais ricas do Estado" (ROCHA, H.C; COSSETTI, M. P, 1983, p. 57).

betos. Portanto, os primeiros pomeranos que chegaram ao Espírito Santo, assim como seus filhos, possuíam instrução primária adquirida na Alemanha. No começo da colonização, os mais jovens não tiveram oportunidades regulares de aprender a ler, escrever e contar (WAGEMANN, 1949, apud FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.39).

As colônias de imigrantes fundadas no estado do Espírito Santo se revestiram de um quadro econômico singular, ou seja, uma economia agrária de subsistência² e uma produção mercantil de café destinada ao mercado mundial, uma vez que esse produto era o único que poderia dar algum lucro. Outros produtos, como, por exemplo, o milho e o feijão, também foram colocados no mercado de Vitória, contudo, não obtiveram o mesmo sucesso³. Primeiro, porque as forças produtivas ligadas ao desenvolvimento do mercado interno quase não existiam e, segundo, pela pouca capacidade do mercado interno em gerar lucro e capital com outros produtos que não eram o café (ROCHA, 2000, p. 88). Por outro lado, as pequenas propriedades que foram distribuídas aos colonos, inicialmente conviveram sem atritos com a grande propriedade rural, já que o número de terras devolutas era suficiente tanto para o colono que chegava, quanto para o grande proprietário rural. De certo modo, ocorreu um distanciamento dos fazendeiros em relação às diretrizes da política de imigração, deixando-as para o Estado (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 79).

Ainda mais, no século XIX, o fato de a grande propriedade rural ser pouco competitiva no merca-

do cafeeiro permitiu o desenvolvimento da pequena e média propriedade rural, bem como consentiu ao imigrante trocar de terras quando ele as julgava serem pouco férteis. Este fator histórico ocorrido no Espírito Santo, de certa forma questiona o argumento levantado por José de Souza Martins (2010) de que o imigrante estava preso a terra. Assim, entendemos que as particularidades do processo migratório devem ser consideradas.

Essa particularidade do estado Espírito Santo implicou em duas dinâmicas econômicas⁴, a saber: a primeira de subsistência e a segunda de venda de café. O excedente gerado por essas dinâmicas possibilitou ao estrangeiro importar produtos de sua própria terra e de fora da colônia, além de permitir a ele pagar os débitos contraídos durante a viagem. No ano de 1885, a produção de café nas colônias chegou a 477,232 arrobas⁵ (ROCHA, 2000, p. 92). Desse ponto de vista, as colônias não fracassaram, pelo contrário, o empreendimento da colonização estrangeira para constituir as pequenas propriedades tornou-se exitoso.

Todavia, a expansão do mercado de produção do café tornou-se incipiente, pois as melhorias das técnicas de produção, especialização da qualidade, aplicação de maquinários e fertilizantes, nem sequer eram cogitadas no estado (GROSSELLI, 2008, p. 126).

Por outro lado, o mercado de trabalho rural não era limitado às grandes fazendas, as pequenas e médias propriedades também empregavam trabalhadores, inclusive os parceiros. Entretanto, o trabalho

familiar ainda era predominante nessas propriedades, além disso, em algumas situações, era necessária a contratação de trabalhadores com o propósito de completar o trabalho familiar, assim, durante a colheita de café era comum empregar o “jornaleiro” (diarista). Esta forma de trabalho é temporária, não constituindo um modelo de trabalho capitalista (SALETO, 1996, p.108). É caso observado entre os imigrantes holandeses no estado do Espírito Santo que empregavam outros conterrâneos no processo de colheita de café:

[...] Dona Sanne Heule conta: “Em 1911, eu tinha então nove anos, ainda havia muito café em Holanda. Abraham Laurett, que era casado com Elizabeth Boone, tinha na época duas colônias com café. Era tanto café que ele e sua família jamais conseguiriam dar conta sozinhos do trabalho [sic] e por isso ele terceirizava muito trabalho, especialmente para os holandeses. Depois de colhido, o café tem de ser lavado num tanque. Terra, poeira e outras partículas afundam e o café fica boiando. Em seguida, o café tem que secar no terreiro. Algumas pessoas têm um carrinho para o café. É um carro baixo com rodas. Eles colocam o café sobre o carro. Durante o dia o carrinho fica do lado de fora e a noite é empurrado para baixo das casas construídas em estacas. Assim o café não molha a noite. Sem o carrinho, o café tem que ser recolhido ao anoitecer. Quando está seco, o café tem que ser descascado e vai para o monjolo ou pilão. Alguns têm até três monjolos em uma roda d’água. O produto desse processo ainda está cheio de café e restos de casca do café. Esses vão para um moinho para separar os resíduos do café. Quando o comprador do café possui a máquina, ele compra o café com casca” [...] (ROOS; ESHUIS, 2008, p. 75-76).

A prosperidade econômica de alguns pequenos e médios proprietários fazia que os mesmos explorassem a terra com o trabalho alheio, ou mesmo com a especulação sobre a terra, e não a praticar a força de trabalho familiar (SALETO, 1996, p.109). Não obstan-

te, há a existência de parceiras nos núcleos coloniais de maioria, ou forte minoria italiana (SALETO, 1996, p.110). Ainda mais, Saleto (1996) confirma a utilização de trabalhadores permanentes como parceiros, empregados e agregados, estes últimos geralmente residiam, ou permaneciam por um longo tempo na propriedade rural. Tal força de trabalho poderia ser familiar ou individual. Em alguns casos a parceria pode ser familiar, por propriedades vizinhas, ou mesmo com os membros da própria família.

A pequena e média propriedade familiar se expandia, quando a família era numerosa, geralmente o último filho herdava a propriedade do pai, enquanto os outros filhos homens recebiam propriedades formadas ao longo da vida, por outro lado, as filhas não recebiam terras⁶ (SALETO, 1996, p. 115).

De certo maneira, o imigrante desenvolvia um ethos diferenciado sobre o trabalho. Por exemplo, o imigrante trentino, de origem italiana, na sua visão do mundo, o trabalho tornou-se um valor em si próprio. Isto é, trabalhar não era apenas um dever, mas uma coisa boa e positiva, que de qualquer forma o camponês não podia evitar. É a partir do valor do trabalho que se avalia o outro, certamente, algo estabelecido na cultura, então uma pessoa era considerada estimável se fosse um bom trabalhador (GROSSELLI, 2008, p. 31). Não obstante, o imigrante trazia da sua cultura as técnicas capitalistas já por ele conhecidas, assim, Grosselli (2008) relata que as relações capitalistas invadiram a área rural europeia (GROSSELLI, 2008, p. 44). Não apenas as técnicas, mas também as formas de trabalho, como os meeiros, os trabalhos braçais e as formas de trabalho diarista (GROSSELLI, 2008, p. 52). Sobre esses fatos Grosselli (2008) relata:

⁶ As famílias, muitas vezes numerosas, eram submetidas a trabalhos pesados para sobreviver ou acumular algumas posses em dinheiro a fim de comprar terras para os herdeiros, pois era costume o pai dar a cada filho um pedaço de terra. As filhas não recebiam terra como herança, mas um dote, que muitas vezes consistia de um baú de madeira, por vezes ricamente trabalhado, contendo algumas roupas, máquina de costura, além de uma vaca leiteira e outras criações menores (RÖLKE, 2016, p.379).

² Forçosamente, os imigrantes tiveram que assumir os costumes alimentares locais, como feijão preto, farinha de mandioca e carne seca. Para vencerem [sic] os desafios na lavoura, que significava enfrentar derrubadas e preparação da terra para o plantio, aprenderam a usar fubá de milho que também foi usado para fazer pão. Este pão era considerado pelos mais antigos como um “pão forte” ou “de sustância” (leia-se substância), que lhes dava força suficiente para aguentar o árduo trabalho no sol. Trabalhava-se para a subsistência familiar, mas com os olhos voltados para um produto comercial que era o café. Em 1862, a produção per capita perfazia 200 quilos de café (RÖLKE, 2016, p. 312).

³ Apenas o feijão, um dos principais alimentos do Brasil, não vingou, enquanto a cultura do café, a maior esperança do colono, prospera (VON TSCHUDI, 2004, p.28).

⁴ Von Tschudi explica como se dava outras relações de trabalho: Como ainda se fazem medições de terras para futuros assentamentos, os colonos atuais encontram um bom salário trabalhando para os agrimensores, que os empregam para traçar as picadas na floresta. O trabalho é duro e os trabalhadores alternam uma semana na medição e outra em suas próprias plantações, podendo desse modo obter de 80 a 100 francos por mês; pelo trabalho na abertura de estradas na colônia eles recebem quatro francos de salário por dia (VON TSCHUDI, 2004, p.30). Também Grosselli relata: Durante o período das chuvas não era possível pensar-se em queimadas, e isto significava ter que esperar meses para realizar esta operação, com a única possibilidade de trabalho assalariado nas estradas para manter-se (GROSSELLI, 2008, p. 126).

⁵ A somatória da produção foi realizada pelo autor.

[...] De qualquer forma, o camponês europeu trouxe para o Brasil um novo modo de ser. Um dos eixos principais de sua cultura era a ética do trabalho, compreendido não apenas como necessidade, mas como método de auto-realização [sic], como um valor em si que se coligava à sua fome atávica de terra e ao seu medo da fome e das dificuldades. A terra brasileira foi o meio através do qual ele expressou seu desejo de resgate, não tanto na escala social, mas na das necessidades. A falta de capital e de técnicas foi substituída por um aumento de trabalho, em quantidade ainda superior àquela maciça que conhecera na Europa. E a família camponesa foi a célula sócio-econômica [sic] sobre a qual se construiu uma nova sociedade e uma nova economia. O trabalho de todos substituiu em parte o lado ausente do triângulo terra-trabalho-capital. E a abundância de terra supria a falta de técnicas agrícolas apropriadas. A terra era forçada a produzir até a exaustão, depois do que usavam-se sistemas de rotação impróprios e ineficientes que variavam um pouco nos vários grupos nacionais [...] (GROSSELLI, 2008, p. 362).

Em outro caso, o imigrante não é apenas um pequeno proprietário, mas um comerciante, que fazia da terra uma mercadoria ou uma fonte de renda, dessa maneira, ele negocia e especula a terra, e a explora também com o trabalho alheio. Como afirma Saletto (1996):

[...] Um de nossos casos é de um comerciante italiano, intitulado Coronel, que aparece em seis processos de Santa Tereza legitimando propriedades, quase todas incultas, e uma trabalhada por parceiros. Outro é de uma viúva pertencente a [sic] família de negociantes suíços, que aparecem em alguns processos negociando com terras. Nos casos de propriedades com fins especulativos, o comum era instalar nelas um agregado, e encontramos o “coronel” italiano entre os que mantinham agregados, ao lado de outro negociante que legitimou quatro proprie-

dades [...] (SALETO, 1996, p. 115).

Ainda mais, o enriquecimento permite ao pequeno e médio proprietário abandonar o trabalho agrícola e passar a viver como um especulador da terra, usando o emprego da parceria. Além disso, quando a pequena produção conseguia reter algum excedente, e depois de assegurar sua própria reprodução, este excedente agrícola se transformava em capital comercial, que era reinvestido nos negócios comerciais⁷, e não na produção agrícola (SALETO, 1996, p. 119-120). Nara Saletto (1996) explica:

[...] O primeiro negócio era geralmente uma pequena venda, de estoque reduzido e pouco diversificado, que não comercializava café, e atendia aos sítiantes das redondezas. Localizava-se no próprio sítio, e quando este ficava em ponto favorável podia explorar um “racho”, com pasto, para pernoite de tropas. Devia possuir sua própria tropa, que também transportava carga para outros. Um moinho de fubá permitia moer o milho de seus fregueses e preparar o fubá que vendia. Mais raramente possuía um moinho de arroz ou equipamento para beneficiar café. Prestava serviço de bar e até restaurante, preparando refeições por encomenda dos clientes [...]. [...] Essas vendas eram integradas às unidades de produção familiares. Sítio e vendas partilhavam as instalações, os equipamentos e a força de trabalho da família que era, em parte, deslocada para múltiplas atividades que constituíam o negócio. Quando progrediam, passavam a comercializar café, o que exigia um capital de maior porte [...] (SA-

⁷ O comércio era realizado através das casas comerciais, conhecidas como “vendas”, onde o agricultor comercializava como principal produto o seu café. Geralmente as “vendas” eram construídas à beira de estradas mais movimentadas, em encruzilhadas ou perto de igrejas. Elas caracterizavam-se por uma construção alongada, com quatro ou mais portas de entrada. Eram comuns construções entre 10 e 20 metros de comprimento, por 5 a 8 metros de largura. “Vendas” maiores geralmente eram de dois andares, no andar térreo, situava-se a venda, e no andar superior, a moradia do vendeiro, chamado de Wendis (RÖLKE, 2016, p.495).

LETO, 1996, p. 120).

E continua:

[...] Nos anos 20 [sic] alguns sítiantes começaram a mandar um ou outro filho estudar fora. Estas famílias tinham um nível de consumo um pouco mais elevado, boas casas, algumas levavam os filhos em viagens a Castelo e Vitória, mandavam doentes graves se tratarem na capital. Mas todos continuaram a praticar a pequena produção familiar, às vezes completada com a parceria e o trabalho a jornal. E no momento da sucessão tudo era dividido, permitindo apenas que os novos proprietários comessem num nível um pouco mais elevado que a maioria [...] (SALETO, 1996, p. 121).

Em viagem ao estado do Espírito Santo, o Barão Von Tschudi (2004) relata sobre a imigração no Espírito Santo, e sobre o comércio, assim ele descreve:

[...] A venda (um pequeno armazém) pertence a um colono de Hamburgo e dava a impressão de ser lucrativa em comparação à maioria das lojas brasileiras de mesmo porte. Se o proprietário for tão ágil no trabalho como é com a sua língua, e se for mais feliz em seus negócios do que em sua lógica, ele logo poderá se tornar um homem abastado [...] (VON TSCHUDI, 2004, p. 61).

Grosselli (2008) em seu estudo, também cita os comerciantes alemães em Santa Leopoldina como Albert Volkart, Luis Holzmeister. Desse modo, muitos comerciantes enriqueceram com o trabalho de milhares de camponeses, italianos e alemães. (GROSSELLI, 2008, p. 446). Há casos em que o comerciante transformava o débito crescente do camponês em títulos e hipotecas. Logo, o comerciante apossava-se do lote de terra deste último, tornando-o meeiro. Em geral, o camponês nesta situação tentava comprar novamente alguma terra submetendo-se aos regimes de trabalho. Não obstante, quando o café che-

gava a altos preços no mercado internacional, muitos imigrantes procuravam investir os maiores valores em novos lotes de terra (GROSSELLI, 2008, p. 493).

É inegável que a política de imigração também beneficiou a grande propriedade rural que estava presente, principalmente, na região sul do estado do Espírito Santo e tem como centralidade econômica o porto de Itapemirim. Portanto, nas fazendas do sul, os grandes proprietários rurais pediram famílias de imigrantes para a suas terras e as estabeleceram através de salários ou de contrato de parceria⁸. Todavia, boa parte desses imigrantes logo abandonavam as fazendas para se estabelecer por conta própria (ROCHA, 2000, p. 107); (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 82). Essa visão sobre o trabalho e a prosperidade em suas próprias terras faziam que o pequeno e médio proprietário aumentasse seu capital, enriquecendo e possibilitando que seu compatriota trabalhasse para ele (ROCHA, 2000, p. 109).

É nesse momento que as médias e pequenas propriedades passaram a ser contestadas pelos grandes proprietários rurais, principalmente devido à falta de mão de obra para a lavoura⁹, dessa forma, os imigrantes começaram a ser instalados nesses latifúndios. Assim, podemos concluir que a 3.ª fase do processo migratório beneficiou, sobretudo, a grande lavoura. Porém, diferentemente do que se pensa, a maior parte dos imigrantes que chegaram ao Espírito

⁸ Os imigrantes, através de um contrato de parceria com o latifundiário, tinham que se comprometer a ressarcir passagem, alimentação e outros gastos, através do trabalho nas lavouras de café. Criava-se um compromisso que envolvia bens e corpo de todos os componentes da família. Este sistema levou a situações degradantes, pois quem ditava os preços do café, dos alimentos necessários para a alimentação para a sobrevivência e quem fazia a partilha do café eram os fazendeiros que mantinham, eles mesmos, as vendas ou casas “comerciais” (RÖLKE, 2016, p.100).

⁹ Muitos dos grandes latifundiários retalharam sua propriedade em pequenos lotes para serem vendidos a preços módicos e a longo prazo [sic] para os colonos italianos. Em contrapartida, o colono deveria vender sua produção à firma de comercialização. O pagamento era demorado, pois o café começava a produzir depois de quatro a seis anos; a produção dependia das variações atmosféricas e os preços oscilavam, aumentando as incertezas quanto trabalho ao investimento de dinheiro e de trabalho (COLBARI, 1997, p.4).

Santo a partir de 1888 optou direta e imediatamente pelas fazendas, por causa dos altos preços do café no mercado internacional, que poderia proporcionar uma prosperidade econômica até para os meeiros (GROSSELLI, 2008, p. 150).

De acordo com Nara Saletto (1996), o mercado de trabalho do Espírito Santo em 1920 era rural, ou seja, 83% da população ativa estavam ligadas às atividades rurais, precipuamente ao cultivo do café. Os outros cultivos como o milho e o feijão eram basicamente para o consumo de autossuficiência. Logo, as fazendas se constituíam como ponto central na atração de mão de obra e nelas era utilizado o sistema de parceria, na forma de meia, no qual, era também realizado o trabalho familiar. O café, produto com mais valor no mercado, era dividido com o proprietário (SALETO, 1996, p. 100). As fazendas tinham poucos trabalhadores assalariados permanentes e geralmente eram empregados em serviços domésticos ou em atividades como o tropeiro, carreiros, ferreiros¹⁰. Mas, raramente estavam em serviços na lavoura de café (SALETO, 1996, p. 102). Décadas posteriores algumas destas fazendas foram desmembradas e, por vezes, apropriadas por ex-colonos (GROSSELLI, 2008, p. 149). Em outras palavras, os fazendeiros dividiram suas terras em lotes, passando a vendê-las aos imigrantes com o propósito de sobrevivência econômica (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.82).

Do ponto de vista do trabalho, segundo Groselli (2008), em média os italianos trabalhavam um pouco mais em termos de tempo. A análise desse estudioso parte de Jean Roche, cujas observações referem-se aos últimos anos da década de 1960, o qual se observou que a jornada de trabalho dos alemães iniciava-se geralmente às 6 da manhã (às 5 no verão) e concluía-se entre às 18 ou 19 horas, dependendo da

estação (GROSSELLI, 2008, p. 481). O pesquisador continua seu relato:

[...] Erguiam-se às 4 da manhã, ou às 3 em época de colheita. Preparavam-se para ir trabalhar e, à luz de um lampião eram realizados alguns primeiros trabalhos, como a ordenha (geralmente os camponeses possuíam uma ou duas vacas) e o preparo da primeira polenta do dia e dos outros pratos que seriam servidos na primeira refeição. Estas variavam de família a família, mas era comum entre os trentinos alimentar-se pela manhã de polenta com leite, ou polenta acompanhada de pedaços de queijo, de café e não muito mais. Chegavam aos campos, em geral após cansativas caminhadas sobre as íngremes escarpas das montanhas, quando ainda era noite. Trabalhavam até as 10 ou 10 e meia. Uma mulher (esposa ou filha do chefe de família) voltava para casa antes dos outros para preparar-lhes o almoço. Às vezes, se a família era realmente numerosa e não era indispensável o trabalho de todos, uma mulher ficava em casa para fazer o trabalho doméstico e preparar as refeições. Mas tratavam-se de exceções. No almoço, comia-se mais uma vez polenta, acompanhada de carne, verdura, queijo. Aos poucos foi-se [sic] introduzindo na mesa camponesa o arroz, o feijão, a mandioca e outros pratos tipicamente brasileiros. A pausa do almoço durava de 1 hora e meia a 2 horas e meia. Em alguns casos, durante os períodos de máximo calor e em terras a nível do mar, ouvimos falar de gente que permanecia em casa durante uma meia hora a mais. Em seguida, retornavam aos campos, onde ficavam enquanto a luz permitisse o trabalho, de acordo com as estações, entre 18 e 19 horas. No jantar, quase sempre, havia sopa para os trentinos e outros pratos. O camponês recolhia-se por volta das 20 ou 21 horas. Como se vê, o camponês italiano em média erguia-se duas horas antes do alemão. Trabalhava nos campos de 10 a 13 horas por dia. Mas não se concluía ali o trabalho do dia. Após o jantar, era necessário dedicar mais tempo para realizar outros trabalhos: de limpeza e cos-

tura para as mulheres, de manutenção da casa e de vários serviços domésticos para os homens. Como recordou Attilio Lorenzini, por exemplo, os porcos eram abatidos à noite e à noite preparavam-se os embutidos, para ganhar tempo. Seu pai, além disso, trabalhou durante muito tempo como operário, na construção de estradas. Plantava o café à noite, à luz da lua. Angelo Tonini, após terminar de trabalhar nos campos, dedicava ainda cerca de duas horas ou mais trabalhando como pedreiro. E, como em suas terras o café não rendia muito, à noite fabricava ancinhos e peneiras e outros instrumentos que pudessem ser vendidos no mercado. Mas o dia tinha apenas 24 horas, todas praticamente ocupadas em trabalhar, comer e dormir. E assim durante 6 dias da semana e durante todo o ano, sem estações mortas. Muitos cultivos no Brasil têm ciclo contínuo, alguns davam fruto duas vezes por ano, o café necessitava de longos períodos de dedicação. Todos trabalhavam nos campos. Desde as crianças até os velhos. De acordo com Agostino Bonella, do IV Território, tratava-se de fechar a casa pela manhã e partir todos para o campo. Apenas aos domingos respeitava-se o descanso, assim como durante os demais feriados católicos. Os dias festivos do calendário civil não eram observados. Mas, como veremos, o Domingo não era um dia de completo repouso para todos [...] (GROSSELLI, 2008, p. 481-482).

Não obstante, o imigrante italiano criava uma concepção de espírito de iniciativa com o domínio de técnicas de produção que era essencial para o sucesso dos núcleos coloniais instalados no Espírito Santo. Portanto, o imigrante ideal devia ser agricultor sadio, laborioso, moralizado, alguns deles eram assentados em fazendas e outros eram instalados nos núcleos coloniais. Não apenas o italiano despertava essa forma de valorização do trabalho, mas também o alemão e o pomerano, no qual trabalho é um valor em si mesmo (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.63); (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.97). E a própria igreja como instituição ajudou a desenvolver essa mesma

ideia de trabalho (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.63-66). Portanto, uma forma de identificação ainda hoje entre os pomeranos é a dedicação ao trabalho, que implica numa identificação de grupo.

De certa forma, o fraco dinamismo da economia mercantil cafeeira teria sido responsável pelo ingresso do pequeno proprietário na economia, já que dessa atividade o pequeno proprietário retirava recursos para abastecer sua família. É inegável que a marca inicial do espírito empreendedor revelou-se no desbravamento de matas, na formação de lavouras, na construção de estradas, escolas, capelas e cemitérios e, finalmente, na formação de povoados. Em geral, os italianos vinham do seu país de origem como um capital cultural que possibilitava o desenvolvimento do comércio mercantil. Além disso, em certos casos, o nível de escolaridade possível de se atingir era o básico e muitas vezes ele era obtido através de aulas ministradas por professor contratado pelas famílias (COLBARI, 1997, p. 5).

Não obstante, alguns filhos de imigrantes italianos migravam para a cidade, indo trabalhar no setor industrial, portuário, tornando-se artesãos, barbeiros, marceneiros e sapateiros. Até mesmo as mulheres trabalhavam como empregadas domésticas. Por outro lado, a vida social desses imigrantes girava em torno da vida comunitária, isso não invalidava a racionalidade desses imigrantes, os quais utilizavam a moralidade religiosa para a melhoria de vida. É certo que a racionalidade desenvolvida por aqueles imigrantes foi responsável pelo processo de mobilidade social para a trajetória dos imigrantes e deixou marcas profundas na definição de aspectos socioculturais indispensáveis a nova ordem competitiva no estado do Espírito Santo (COLBARI, 1997, p.7).

A expansão da ordem competitiva no Espírito Santo foi proporcionada também pelos imigrantes que ajudaram a desenvolvê-la a partir da ética do trabalho, da organização familiar e da religião, da honradez, da solidariedade, da resignação e do espírito comunitário. Em conformidade com Jean Roche (1968), essa nova racionalidade competitiva propi-

¹⁰ [...] Além da casa-sede, a propriedade chegou a contar com sete casas de colonos meeiros, tulhas, uma casa de escola, uma racho para as tropas, uma engenhoca tocada a boi, com fornalhas de ferro para fabricar açúcar mascavo e um barracão com pequena carpintaria, onde "Seu" Antônio trabalhava, e as crianças, nas folgas, faziam seus brinquedos [...] (MORAES, 1981, p.75).

ciou o desenvolvimento da divisão social entre os imigrantes, a saber: os proletariados que cultivavam nas terras de outrem. Os assalariados que vivem de seus próprios braços. Os proprietários que são os donos das terras. Os proprietários médios, donos de pequenas e médias propriedades. Os grandes proprietários rurais que são donos dos principais e maiores latifúndios. E por fim, os comerciantes que possuem a venda e obtêm a fortuna. E os diversos outros grupos sociais como os pastores, os padres, etc.

Indubitavelmente, o processo de ocupação do território capixaba se intensificou a partir da expansão cafeeira, a qual se desenvolveu desde a segunda metade do século XIX. Portanto, a ampliação da fronteira agrícola mineira e fluminense penetrou no sul do estado do Espírito Santo, sobretudo, por Cachoeiro de Itapemirim. Além disso, foi essa expansão da produção cafeeira que trouxe para o Espírito Santo uma quantidade significativa de escravos, assim, a região sul passou a exportar o café pelos portos do Rio de Janeiro¹¹. Essa configuração na região sul do estado permitiu a concretização de uma sociedade agrária, escravocrata e baseada na grande propriedade rural, por conseguinte, a estrutura de poder nessa região foi exercida por uma elite de grandes proprietários rurais¹². Por outro lado, a região central, que tem como cidade principal Vitória, desenvolveu desde a chegada de colonos imigrantes as médias e pequenas propriedades rurais. Os latifúndios que existiam desde a colonização portuguesa, apesar de produzir o café, não foram capazes de competir com essas novas estruturas agrárias. O café produzido, principalmente pela cidade de Santa Leopoldina, era exportado pelo porto de Vitória. Portanto, na região

central a estrutura do poder foi exercida pela elite cafeeira mercantil¹³.

A diferença entre a região sul e a central é evidente, pois na primeira se formaram as grandes propriedades rurais e escravistas. Enquanto, na segunda, se formaram as médias e pequenas propriedades, baseadas na mão de obra familiar. A partir de 1888, com a abolição da escravidão, a região sul foi forçada a instituir a parceria e o colonato. A região Norte, que foi centralizada no porto de São Mateus, irá produzir tanto café como farinha de mandioca para o mercado externo. Formar-se-ão nessa região tanto as grandes propriedades rurais, como também as médias e pequenas propriedades. Então, a estrutura do poder foi exercido pela elite mercantil, bem como pela elite dos grandes proprietários rurais¹⁴. É lícito observar que as relações de trabalho desenvolvidas nessas regiões são pré-capitalistas de produção (VILLASCHI et al., 2011, p. 30).

A partir da proclamação da República, Moniz Freire¹⁵ iniciou esforços para que Vitória se tornasse a cidade central do comércio cafeeiro do Espírito Santo, primeiramente construindo estradas de ferro capazes de levar para Vitória a exportação do café e, posteriormente, criando o projeto Novo Arrabalde, que tratava da modernização da cidade de Vitória¹⁶, e por fim, modernizando as atividades portuárias (VILLASCHI et al., 2011, p. 31). Todavia, mesmo com o desenvolvimento de um comércio cafeeiro, no estado, não houve nesse momento histórico, o desenvolvimento capitalista. Como afirma Rocha (1998):

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Governou o estado do Espírito Santo por dois mandatos, entre 1892-1896 e 1900-1904. Além disso, de acordo com Villaschi (2011), Moniz Freire fez insistentes pedidos ao governo federal, com o objetivo de dinamizar a economia regional, através de investimentos na infraestrutura portuária e ferroviária, principalmente para que o comércio cafeeiro confluísse para a cidade de Vitória (VILLASCHI, et al., 2011, p. 38).

¹⁶ Implantação da modernização estrutural da capital capixaba através da formulação de política de aterramento, de áreas à época consideradas insalubres, construção de estradas, melhorias no porto de Vitória, construção de uma rede de fornecimento regular de água encanada e canalização do esgoto (VILLASCHI, et al., 2011, p. 32).

[...] No Espírito Santo, ao contrário, tratava-se de uma economia onde predominava formas não capitalistas de produção, pequena produção familiar e sistema de parceria, pouco dinâmicas e voltadas principalmente para a subsistência da família rural. A diferenciação econômica e social era muito reduzida e não havia se constituído um complexo econômico integrado com o desenvolvimento da agricultura, comércio, transportes, indústrias, banco, etc. [...] (ROCHA, 1998, p. 44).

Concordamos com Rocha (1998) e Faleiros (2010) ao considerar que as relações desenvolvidas no estado não eram capitalistas. Embora haja o assalariamento e o reinvestimento em outros setores, o dinamismo da economia do Espírito Santo não foi suficiente. Decerto, havia uma relação laboral diferencial entre os imigrantes. Por isso mesmo, estamos de acordo com a observação de Martins (2010) em relação ao Brasil. No Espírito Santo existia uma relação híbrida, ou seja, havia o desenvolvimento de relações de trabalho livre ao mesmo tempo em que o estado também apresentava uma economia primário-exportadora.

Nesse sentido, como afirma Campos Júnior (1996), o imigrante que era dono da pequena propriedade, apesar de ter um ethos do trabalho e da prosperidade, não consegue reter excedente em suas mãos, senão o indispensável à sua reprodução (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.100). Dessa maneira, o máximo que esse imigrante conseguiu foi investir no comércio¹⁷ ou em pequenos negócios. Essa difícil-

¹⁷ Ormando Moraes explica sobre a prosperidade econômica de uma família italiana: [...] Numa dessas conversas é que o casal tomou uma decisão de explorar o comércio, de início em caráter apenas experimental, sem registro, porque praticamente não havia fiscalização. Como salienta hoje "Seu" Antônio, os governos estadual e municipal, na época, pouco faziam [sic] no interior, mas também não incomodavam muito com a cobrança de impostos, para maior alegria dos que sabiam aproveitar a situação com o tradicional espírito de "mineiridade". [...] Em junho de 1937 instalara a pequena "venda" no chamado "quarto de fora" ou quarto de visitas, que dava para a varanda e a frente da casa, onde abriam duas portas para os fregueses, de início pouquíssimos [sic], além de colonos e empregados [...] (MORAES, 1981, p.84).

dade de investimento pode ser devido às baixas forças produtivas presentes no estado. Ainda por cima, Campos Júnior (1996) argumenta que o excedente gerado pela produção cafeeira foi acumulado por poucas casas comerciais que exerciam a atividade de exportação e de importação (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 103) 18; (FALEIROS, 2010, p.35).

O colono, em geral, como dono da terra, vendia o café obtendo algum lucro que seria revertido em outras atividades, às vezes comercial, às vezes não comercial. Ademais, o colono não dependia da renda do café, uma vez que ele produzia alimentos para a sua subsistência. Seu principal contato econômico é com o vendeiro, ou seja, o dono da venda local, o qual acaba servindo como conselheiro para o imigrante. Vale lembrar que esse vendeiro é um dos imigrantes que compartilha a mesma língua e costume com os demais colonos¹⁹ (ROCHE, 1968, p. 241).

¹⁸ Neste ponto, Campos Júnior (1996), diverge de Faleiros (2010), já que este estudioso aponta que o excedente mercantil apenas era utilizado para reproduzir a dinâmica econômica das propriedades rurais (FALEIROS, 2010, p.33).

¹⁹ Explica o autor: O fato de serem, com raras exceções, da mesma "origem" que os agricultores, ou de procedência avizinhante ou mais aproximada (suíço-alemã, flamenga, às vezes tiroleza) que a dos velho-brasileiros, representa uma primeira vantagem para os comerciantes. Isso explica, em primeiro lugar, pela comunhão de língua, ou de dialeto, e, em seguida, pelos laços de parentesco ou de bilingue, tendo desempenhado o papel de intérprete porque já desempenhava o do intermediário entre a colônia e a cidade. Quem melhor do que ele poderia expor os problemas locais, as questões individuais, as necessidades coletivas? O comerciante, é, portanto, [sic] no consenso geral, o porta-voz de seus vizinhos, que são também seus fregueses, que não podem deixar de ser seus fregueses. Uma vez estabelecido o vínculo, o comerciante é o representante natural dos colonos, melhor, ele tem consciência de ser o seu representante nato. Certo, não se pode perceber a quem, além dele, teriam podido delegar esta procuração, uma vez que toda a vida econômica do setor é controlada pelo vendista [sic]. Não se deve ver nesta delegação, entretanto, apenas o papel da organização econômica, ela resulta também numa espécie de contrato social estabelecido desde o começo da colonização. Se um comerciante não possui as qualidades necessárias nem a confiança de seus mandatários, ser-lhes-á difícil encontrar um outro [sic] representante, salvo nas vilas em que há lugar para mais de um negociante. É precisamente isso que leva os espíritos mais fortes a denunciar a ditadura do comerciante sobre o seu feudo. Tem menos possibilidade de serem ouvidos quanto aos de fora o comerciante aparece também como o chefe local, naturalmente designado. Os agentes do fisco, os magistrados ou oficiais de justiça, os funcionários, os homens de negócios que têm de tratar com os colonos nunca o fazem sem consultar o comerciante; geralmente preferem

Ainda por cima, a dinamização da economia mercantil cafeeira contou com a construção de estradas de ferro como, por exemplo, a Estrada de Ferro Caravelas, Estrada de Ferro Santo Eduardo a Cachoeiro, Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, Estrada de Ferro Vitória a Minas, Estrada de Ferro Alegre a Esperança Feliz (ROCHA, 1998, p.45). Essas estradas além de melhorar o escoamento do produto, também buscavam conectar a região sul a região norte; e parte de Minas Gerais ao porto de Vitória. Também nota-se o incentivo a modernização do porto de Vitória, como também, o estímulo à imigração com o propósito de aumentar a população do estado e oferecer mão de obra a lavoura cafeeira. Essas iniciativas, em seu conjunto, visavam atrair para o porto da capital do Espírito Santo a produção cafeeira do estado, especialmente a produção de Cachoeiro de Itapemirim (FALEIROS, 2010, p. 34); (VILLASCHI et al., 2011, p. 32). A partir disso temos o processo de territorialização do complexo cafeeiro capixaba (FALEIROS, 2010, p. 35).

Ainda temos na década de 1930 a construção do Banco Espírito-Santense e do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo (ROCHA, 1998, p.46). Mesmo com o surto industrial ocorrido no governo Jerônimo Monteiro²¹, esse político não tinha pre-

visão de desenvolver no estado uma industrialização urbanizadora, apenas se tratava de diversificar a agricultura, para que essa apresentasse vantagens ao grande proprietário rural (VILLASCHI et al., 2011, p. 43). A partir deste ponto de vista, podemos considerar que esse modelo econômico fracassou, uma vez que, esse surto não tinha nenhum sustentáculo mercadológico, nem mão de obra qualificada, ou mesmo investimentos privados (VILLASCHI et al., 2011, p. 44).

Por fim, o comércio cafeeiro foi predominante na economia estadual até o ano de 1955, quando houve a crise cafeeira e conseqüentemente a política de erradicação de cafezais realizada pelo governo federal.

Conclusão

Iniciamos esse artigo com uma pergunta importante sobre o processo de imigração. Qual é a ética de trabalho trazida pelo imigrante para o Brasil? O contexto histórico que responde a essa pergunta é a conjuntura da mudança do trabalho escravo para o trabalho livre. Desse modo, escolhemos o estado do Espírito Santo como lócus desse estudo de caso, já que esse estado recebeu um número significativo de imigrantes europeus. É lícito lembrar que a imigração inicialmente tinha como finalidade o povoamento regional, assim os primeiros imigrantes foram instalados em pequenas e médias propriedades rurais. Também havia elementos suficientes para acreditar que o processo migratório tinha como objetivo o branqueamento da população. E, por fim, é certo que o imigrante, quando chegou, também ajudou a substituir a mão de obra escrava pelo trabalho livre. Além do mais, a situação específica das terras devolutas no estado do Espírito Santo resultou na formação das pequenas e médias propriedades rurais. Sabemos que esses imigrantes em sua maioria vinham

Hidrelétrica de Fruteiras, Fábricas de óleo, Fábrica de Papel. Além da conclusão das obras do Porto de Vitória, a instalação de infraestrutura moderna na capital, sobretudo, luz elétrica, saneamento, bondes elétricos (VILLASCHI et al., 2011, p. 44).

da área rural e em alguns casos da área urbana europeia, logo, fica claro que todos eram empobrecidos, buscando “fazer a América”.

Ao chegar ao estado, o imigrante recebia a pequena ou média propriedade, sua principal forma de trabalho era o familiar, produzindo café, principal produto de exportação que gerava lucro. Além disso, o imigrante, pelo trabalho familiar, poderia produzir outros produtos para sua própria subsistência, assim, quando a terra era pouco fértil, ou mesmo quando o mercado cafeeiro não era favorável, não passava necessidades, já que ele poderia trocar produtos.

A instituição da média e pequena propriedade possibilitou ao imigrante criar dinâmicas econômicas que o permitiu alcançar certa prosperidade econômica, principalmente pela venda do café, quando esse produto chegou a preços altíssimos no mercado internacional. Toda essa conjuntura mostrava as particularidades das relações sociais existentes na história de imigração do estado.

Desse ponto de vista, concordamos com Weber (2003), que afirma que o capitalismo se identifica com a busca do lucro, do lucro renovado por meio da empresa capitalista e racional (WEBER, 2003, p.26). Não somente do lucro, mas também prioriza o trabalho livre. Apesar de considerarmos que o comércio existente no Espírito Santo não foi capaz de criar um capitalismo forte e expressivo, pelo menos essa atividade econômica criou um ethos empreendedor no imigrante, em outras palavras, uma ética do trabalho. Por isso, como afirma Saletto (1996), as pequenas e médias propriedades também empregavam trabalhadores, inclusive os parceiros, quando a mão de obra familiar não era suficiente. Desse modo, estamos de acordo com Martins (2010), quando afirma que no Brasil criou-se uma hibridação do processo de relações de trabalho, no qual há uma elite comercial que defende a expansão do capitalismo, ao mesmo tempo em que existem relações de trabalho não capitalistas que impedem a própria expansão do capital comercial. Isso, no estado do Espírito Santo é notável, porque ambas as situações convivem no es-

paço socioeconômico. Contrariamente ao que afirma Campos Júnior (1996), o colono recebia salários e possuía a prática comercial.

Além disso, os pequenos e médios proprietários rurais tendiam a multiplicar seus investimentos em novas propriedades, principalmente quando a família era numerosa, pois os filhos recebiam terras ao longo da vida e o filho mais jovem recebia a propriedade do pai, assim o imigrante desenvolvia um ethos diferenciado sobre o trabalho. Em famílias de origens protestantes as ideias religiosas foram capazes de desenvolver um espírito valorativo do trabalho, como o próprio Max Weber (2003) afirmava. Mas, não é apenas isso, no Espírito Santo as famílias protestantes desenvolveram uma vocação para o negócio, de modo a fazer dinheiro, por isso o trabalho igualmente tem um valor de dignidade humana.

Não apenas as famílias protestantes que desenvolvem um ethos para o trabalho, mas também o imigrante italiano, em sua visão de mundo o trabalho tornou-se um valor de dignidade. De certo modo, o imigrante rompia com o modelo de exploração econômica, porque, para prosperar, ele utilizava o trabalho próprio e não o trabalho cativo. Além do mais, o estrangeiro trazia de sua cultura as técnicas capitalistas e racionais para obtenção do lucro. Essa mentalidade de prosperidade, transformou o imigrante em um agente econômico de concentração de capital comercial, o que levou ele próprio a criar uma mentalidade de um “homem de negócios”. Logo, a terra se tornou um produto especulativo, ou uma mercadoria; o trabalho passou a ser explorado por esse imigrante, que reteve excedente econômico suficiente para reinvestir em negócios comerciais, abandonando, às vezes, o trabalho agrícola e passando a viver da própria renda de especulação e dos negócios comerciais.

Assim, podemos afirmar que o imigrante foi o principal agente econômico da formação e expansão do novo regime econômico, uma vez que ele próprio trouxe para o Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir atreladas a uma racionalidade econômica e a

encarregá-lo de resolver a questão. O comerciante é o melhor auxiliar na manutenção da ordem, até mesmo na coleta de impostos. Sua importância comercial reforçou-se, portanto, pela prática administrativa, pelo costume. A atribuição mais visivelmente concedida ao comerciante-chefe local é, há muito, a de “cabo” eleitoral: com sua colaboração ficam asseguradas as “boas eleições”, isto é, as eleições que atendem ao interesse do governo do Estado, e esta colaboração é prestada naturalmente. Mesmo com a democratização do regime, graças à introdução do sufrágio universal e do voto secreto, o comerciante continua sendo agente eleitoral tão eficaz quanto indispensável (foi o que pudemos perceber percorrendo as colônias), mesmo quando os colonos importantes demonstram certa autonomia (ROCHE, 1968, p. 241-242).

20 Conforme explica Villaschi (2011), a criação de um corredor de transporte entre Espírito Santo e Minas Gerais, não coube originalmente a Moniz Freire, esse tema já era uma demanda recorrente nos discursos dos governos anteriores (VILLASCHI et al., 2011, p. 35).

21 Jerônimo de Souza Monteiro governou o Espírito Santo entre os anos de 1908 a 1912 entre seus projetos estavam a implantação de indústrias no estado do Espírito Santo, localizadas principalmente na região Sul do estado, a saber: Usinas Paineiras, Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim, Fábrica de Cimento, Serraria Industrial, Usina

uma mentalidade acumulativa de capital que demandavam uma nova organização econômica, social e psicológica capitalista. Ou seja, um novo estilo de vida.

Decerto que a política de imigração também beneficiou a grande propriedade rural no estado do Espírito Santo, esses grandes proprietários estabeleceram os imigrantes através de contratos de parceria, todavia muitos desses estrangeiros abandonavam as fazendas em busca de suas próprias terras, dessa forma aumentava sua riqueza e capital, até mesmo, possibilitando a contratação de seu compatriota. Contudo, o trabalho dos imigrantes nas grandes propriedades rurais era familiar, de modo que a produção de café era dividida com o próprio proprietário. Pelo que foi concluído, as fazendas tinham poucos trabalhadores assalariados permanentes e que geralmente eram empregados em serviços domésticos ou em atividades como o tropeiro, carreiros e ferreiros. Algumas décadas posteriores, os fazendeiros dividiram suas terras em lotes, passando a vendê-los aos imigrantes com o propósito de sobrevivência econômica.

Indubitavelmente podemos concluir que o imigrante criava uma concepção de espírito de iniciativa com o domínio de técnicas de produção essenciais para o sucesso dos núcleos coloniais instalados no Espírito Santo. Logo, o imigrante ideal era aquele agricultor sadio, laborioso, e moralizado. Além disso, o imigrante vinha do seu país de origem como um capital cultural, que possibilitava o desenvolvimento do comércio mercantil. A expansão dessa ordem competitiva no Espírito Santo foi proporcionada também pelos imigrantes que desenvolveram uma nova racionalidade competitiva, com base na ética do trabalho, organização familiar, religiosidade, honradez, solidariedade e resignação do espírito comunitário.

A chegada do imigrante no estado também culminará com o desenvolvimento da economia cafeeira, assim formaram-se três regiões econômicas: A região Norte, Sul e Central. Sendo que as pequenas

propriedades situadas na colônia de Santa Leopoldina conduzirão a produção cafeeira na região central; enquanto ao Sul será a cidade de Cachoeiro de Itapemirim; e ao Norte com a região de São Mateus. Isso, de certa forma, estruturou as elites dominantes: grandes proprietários rurais e mercantis. Por outro lado, o desenvolvimento da economia do café fez Moniz Freire iniciar o processo de centralização do comércio em Vitória, já que pelo Sul e pelo Norte o café era exportado pelo Rio de Janeiro. Porém, esse comércio não foi capaz de criar um modo de produção capitalista, no máximo conseguiu um excedente de capital, uma vez que as relações de trabalho não são capitalistas, o que existia era apenas uma relação híbrida, ou seja, o desenvolvimento de relações de trabalho livre ao mesmo tempo em que o estado convive em uma economia primário-exportadora.

Entretanto, essa mesma economia seria predominante até a década de 1950, quando em 1955 houve a crise cafeeira, responsável pela erradicação do café no Estado do Espírito Santo.

Referências

ALVARENGA, Jefferson Ferreira. A formação social do Espírito Santo: A concretização da hegemonia das elites cafeeiras? *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*. Ano. 2, n. 4, (jul./dez.2018). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CAMPOS JÚNIOR, C.T. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV/SMCT, 1996.

COLBARI, Antônia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

DROOGERS, André. *Religião, identidade e segurança entre imigrantes luteranos da Pomerânia, no Espírito Santo (1880-2005)*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 28(1): 13-41, 2008.

FALEIROS, Rogério N. *História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação*. Juiz de Fora: Heera, vol. 5 n. 08, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Artigo-HEERA-faleiros-aprovado-para-pdf.pdf>.

FEHLBERG, Jamily; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. *Trabalho,*

igreja e boteco: identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do interior do Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900*. Arquivo público do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã. Vol. 6. Vitória, 2008.

MARTINS, J.S. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MORAES, Ormando. *Da Itália ao Brasil: História de uma família*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981.

ROCHA, Gilda. *A imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

ROCHA, Haroldo Corrêa. A formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, João G. Moreira; DAVEL, Eduardo P. Barreto (Org.). *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930*. Vitória: UFES/ CCJE/ Dep. Economia/ NEP, 1983.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difel/ USP, 1968.

RÖLKE, Helmar. *Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo*. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

ROOS, Ton; ESHUIS, Margje. *Os Capixabas Holandeses: Uma história holandesa no Brasil*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã. Vol. 9. Vitória, 2008.

SALETTI, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VASCONCELLOS, João Gualberto; DAVEL, Eduardo Paes Barreto (org.). *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.

VILLASCHI, Arlindo. et al. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In: VILLASCHI, Arlindo (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. Vitória: Flor&cultura, 2011, p.29-51.

VON TSCHUDI, Johann J. *Viagem à província do Espírito Santo. Imigração e colonização suíça-1860*. Arquivo público do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã. Vol. 5. Vitória, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Editora Martin Claret: São Paulo, 2003.